

EXPERIÊNCIA METODOLÓGICA PARA CONSERVAÇÃO DE CIDADE UNIVERSITÁRIA NO ENSINO DE PATRIMÔNIO: aplicação no campus Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo

EXPERIENCIA METODOLÓGICA PARA LA CONSERVACIÓN DE CIUDAD UNIVERSITARIA EN LA ENSEÑANZA DEL PATRIMONIO: aplicación en el campus goiabeiras de la universidad federal de espírito santo

METHODOLOGICAL EXPERIENCE FOR CONSERVATION OF A UNIVERSITY CITY IN TEACHING HERITAGE: application on the goiabeiras campus of the federal university of espírito santo

ALMEIDA, RENATA HERMANNY DE

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, e-mail: renata.almeida@ufes.br

ZANATTA, YURI POTRICH

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, e-mail: yuripotrichzanatta@hotmail.com

MARTINS, NAYLA INGRID RAMOS

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, e-mail: naylaingridmartins@gmail.com

BARROCA, VITÓRIA MARGOTTO

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, e-mail: vitoria.barroca@edu.ufes.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma experiência didática e trajetória metodológica abordada na disciplina Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), cujo objeto concreto de intervenção tratou-se da cidade universitária Goiabeiras. A discussão sobre cidades universitárias é um tema emergente no campo do patrimônio e vem sendo abordado cada vez mais por pesquisadores de diversas instituições de ensino. O campus Goiabeiras da Ufes resulta de um projeto da década de 1960, com preceitos urbanísticos e arquitetônicos derivados do movimento moderno, mas cujo projeto original encontra-se ameaçado pela expansão da ocupação física do campus a partir dos anos 1990. Em vista disso, decidiu-se olhar para o território de Goiabeiras na componente curricular, o que exigiu do corpo docente uma adaptação da metodologia da disciplina, que tradicionalmente abordava um único edifício de caráter histórico e relevância cultural, mas que, nessa edição, abordou as unidades paisagísticas da cidade universitária. Por isso, a experiência didática foi dividida em três etapas metodológicas: (i) aproximação do *locus* e interpretação patrimonial; (ii) avaliação do estado de conservação; e (iii) plano e projeto de intervenção. Essas etapas contaram com a organização de instrumentos e aulas específicas para a abordagem da cidade universitária e com auxílio de geotecnologias integradas à representação e registro cadastral do patrimônio territorial. Conclui-se que, com essa abordagem, a disciplina possibilitou o desenvolvimento de uma visão alargada da questão patrimonial para além da noção do bem isolado ou do monumento histórico como objeto de preservação.

PALAVRAS-CHAVE: intervenção projetual; patrimônio territorial; planejamento urbano; geotecnologias; metodologia de pesquisa.

RESUMEN

Este artículo presenta una experiencia didáctica y trayectoria metodológica abordada en la asignatura Patrimonio Histórico, Artístico y Cultural, en el curso de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Espírito Santo (Ufes), cuyo objeto concreto de intervención fue la ciudad universitaria de Goiabeiras. El debate sobre las ciudades universitarias es un tema emergente en el ámbito del patrimonio y cada vez más abordado por investigadores de diversas instituciones educativas. El campus de Goiabeiras de la UFES es el resultado de un proyecto que se remonta a la década de 1960, con preceptos urbanísticos y arquitectónicos derivados del movimiento moderno, pero cuyo proyecto inacabado se ha visto amenazado por la expansión de la universidad desde la década de 1990. En vista de ello, se decidió contemplar el territorio de Goiabeiras en el componente curricular, lo que obligó al profesorado a adaptar la metodología de la asignatura, que tradicionalmente se ocupaba de un único edificio de carácter histórico y relevancia cultural, pero que, en esta edición, se ocupó de las unidades paisajísticas de la ciudad universitaria. Por ello, la experiencia didáctica se dividió en tres etapas metodológicas: (i) aproximación al *locus* e interpretación del patrimonio; (ii) evaluación del estado de conservación; y (iii) plan y proyecto de intervención. Estas etapas incluyeron la organización de herramientas y clases específicas de aproximación a la ciudad universitaria y el uso de geotecnologías integradas con la representación y registro del patrimonio territorial. La conclusión es que, con este enfoque, el curso permitió desarrollar una visión amplia de la cuestión patrimonial más allá de la noción de bien aislado o monumento histórico como objeto de conservación.

PALABRAS CLAVE: intervención en proyectos; patrimonio territorial; planificación urbana; geotecnologías; metodología de investigación.



REVISTA
PROJETAR

Projeto e Percepção do Ambiente

v.11, n.2, maio de 2026

ABSTRACT

This article presents a didactic experience and methodological path covered in the subject Historical, Artistic and Cultural Heritage, in the Architecture and Urbanism course at the Federal University of Espírito Santo (Ufes), whose concrete object of intervention was the university town of Goiabeiras. The discussion of university towns is an emerging theme in the field of heritage and is being increasingly addressed by researchers from various educational institutions. The Goiabeiras campus of UFES is the result of a project dating back to the 1960s, with urban and architectural precepts derived from the modern movement, but whose unfinished project has been threatened by the expansion of the university since the 1990s. In view of this, it was decided to look at the territory of Goiabeiras in the curricular component, which required the teaching staff to adapt the methodology of the subject, which traditionally dealt with a single building of historical character and cultural relevance, but which, in this edition, dealt with the landscape units of the university city. In view of this, it was decided to look at the territory of Goiabeiras in the curricular component, which required the teaching staff to adapt the methodology of the subject, which traditionally dealt with a single building of historical character and cultural relevance, but which, in this edition, dealt with the landscape units of the university city. For this reason, the didactic experience was divided into three methodological stages: (i) approach to the locus and heritage interpretation; (ii) assessment of the state of conservation; and (iii) intervention plan and project. These stages included the organization of specific tools and classes for approaching the university city and the aid of geotechnologies integrated with the representation and registration of the territorial heritage. The conclusion is that, with this approach, the students have developed a broader view of the heritage issue, going beyond the notion of the isolated property or historical monument as an object of preservation.

KEYWORDS: project intervention; territorial heritage; urban planning; geotechnologies; research methodology.

Recebido em: 17/06/2025

Aceito em: 18/03/2026

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma experiência didática na disciplina Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do 6º período do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), no semestre 2024.2. O componente curricular possui como objetivos: desenvolver trabalho reflexivo e empírico sobre a preservação do objeto patrimonial em diferentes escalas espaciais e temporais; promover análise crítica acerca da complexidade e multiplicidade das questões aderidas ao discurso e da ação preservacionista, destacando o conjunto de suas dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e territoriais; e apresentar instrumental metodológico para projeto de intervenção em estrutura consolidada, a ser desenvolvido a partir de objeto patrimonial selecionado, segundo três passos: interpretação histórica e caracterização arquitetônica e/ou urbanística, avaliação de condição de conservação e intervenção projetual.

Para atender a esses objetivos, o componente curricular possui natureza teórico-histórica e prática. No campo teórico-histórico, são realizadas exposições acerca do conceito de monumento e patrimônio, alcançando sua noção territorial; no campo histórico, discute-se a preservação de bens patrimoniais; no campo metodológico, são apresentados princípios norteadores para nova intervenção formal em pré-existência; e no campo prático, a disciplina exige projeto de intervenção em edificação histórica. Em semestres anteriores, o *campus* Goiabeiras da Ufes, a partir de seus edifícios, é instituído como território objeto de estudo e intervenção, justificada: i) pela facilidade de acesso aos estudantes; ii) pela sua diversidade de ambiências passíveis de serem exploradas; iii) pela inserção de parte do conjunto edificado da Ufes no quadro da arquitetura moderna capixaba, possibilitando discussões acerca do patrimônio moderno; e iv) por possuir lógica de desenvolvimento conduzida pela Prefeitura Universitária e normatizada por um Plano Diretor Físico, o que permite a promoção de uma discussão crítica abrangente sobre a expansão da Universidade (Almeida; Nossa; Thomé, 2019). No semestre em questão, acontecimentos envolvendo especificamente o edifício do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, no *Campus* Goiabeiras, reforçaram a urgência de reflexões acerca da conservação da universidade, condição motivadora da proposição, na disciplina Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, de uma metodologia experiencial adotando a própria universidade como *locus* de discussão e intervenção da disciplina.

A cidade universitária de Goiabeiras – sede central e primeiro *campus* da Ufes tornado objeto de um planejamento de ocupação física do território – é fruto de projeto datado da década de 1960, singular pela escala e esforço envolvido na mobilização de profissionais, mas cujo projeto inconcluso (Almeida; Oliveira, 2024). encontra-se ameaçado pela expansão desordenada da Universidade, fenômeno que ocorre sobretudo a partir da década de 1990 em paralelo à crescente ausência de manutenção dos edifícios construídos nas primeiras décadas da consolidação da estrutura física do *campus*. Em setembro de 2024, obras no telhado da Cédula Modular Universitária III (CEMUNI III) do Centro de Artes – sede do Curso de Arquitetura e Urbanismo – ocasionaram uma série de degradações na materialidade do edifício, um dos primeiros construídos no *campus* após início das obras em 1965. Em decorrência desse processo, o CEMUNI III é interditado para continuidade das obras e as atividades do curso são deslocadas para outras edificações do *campus* por um período de oito meses, sendo reaberto apenas em abril de 2025. Neste período, os estudantes são impactados pela falta de um lugar de vivência e troca de experiências, como acontecia no CEMUNI III, evidenciando-se a importância e a urgência de sua discussão como referência histórica e memorial. Em vista disso, e considerando experiências anteriores na disciplina, decide-se pelo alargamento da escala do projeto e, por consequência, pela adaptação da metodologia da disciplina, que tradicionalmente abordava o edifício



REVISTA

PROJETAR

Projeto e Percepção do Ambiente
v.11, n.2, maio de 2026

isolado em seu sítio construído. Para tanto, aborda-se a “unidade paisagística”¹ como recorte espacial de investigação, ao qual são associados conceitos e ferramentas de descrição, análise e representação.

A discussão sobre preservação de cidades universitárias é um tema emergente no campo patrimonial. Portanto, inicia-se o texto com um panorama da discussão, com foco na trajetória da Ufes. Em seguida, dá-se ênfase às etapas metodológicas elaboradas para o ensino, bem como estratégias didáticas de apoio às atividades e à adaptação da discussão para o tema da conservação de cidades universitárias, acompanhado de uma síntese crítica sobre a experiência de ensino e das respostas dos estudantes às atividades propostas. Cabe ressaltar, nesse trabalho não é exposto todo o conteúdo apresentado aos estudantes no que diz respeito à teoria e história do patrimônio, mas, sim, como o conteúdo da disciplina é rearticulado para se adequar à mudança da tipologia e escala do objeto concreto da atividade prática da componente curricular: do edifício ao território, abordado a partir da unidade paisagística.

2 PANORAMA DA DISCUSSÃO – PRESERVAÇÃO DE CIDADES UNIVERSITÁRIAS

Primeiramente, há de se distinguir “*campus*” de “cidade universitária”. A origem do conceito de “*campus* universitário” remonta aos Estados Unidos do século XVIII, ligada a uma proposta de caráter agrarista, na qual a universidade se afasta dos centros urbanos a fim de propiciar um ambiente favorável ao desenvolvimento intelectual por meio do isolamento (Buffa; Pinto, 2009). No Brasil, a noção e denotação de *campus* são incorporadas durante o movimento que culminou na lei da Reforma Universitária de 1968. As proposições da reforma foram fortemente influenciadas pelo consultor naturalizado estadunidense Rudolph Atcon, contratado pelo governo brasileiro para propor alterações estruturais tanto físicas quanto organizacionais às universidades (Barroca, 2024).

Em contrapartida, o termo “cidade universitária” aparece no contexto brasileiro primeiramente ainda em 1929, na ocasião do projeto para a Universidade do Brasil no qual estavam envolvidos Le Corbusier e Marcello Piacentini (Almeida; Oliveira, 2024). Agache (1930, p. 194-195) também adota o termo “cidade universitária” em plano projetado para a cidade do Rio de Janeiro, defendendo que a universidade deveria integrar-se à cidade de maneira que ainda preserve certa autonomia e tranquilidade, indicando que os alunos deverão estar “nas proximidades e com comunicações fáceis com o centro da cidade permanecendo, ao mesmo tempo, afastados do barulho e do tráfego em consequência da configuração topográfica dos sítios”, e, portanto, recusando a noção de *campus* que pressupunha o afastamento completo entre universidade e cidade. É nesse contexto, partindo da compreensão do papel da universidade como agente ativo no processo de transformação da cidade atual (Buffa; Pinto, 2009), que conclui-se, dada a sua interação com o ambiente urbano (Almeida; Oliveira, 2024), o termo “cidade universitária” é o que mais se aproxima conceitualmente do papel que o *campus* Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo exerce na tessitura urbana da região metropolitana de Vitória, uma vez que sua interação com a região metropolitana não reflete os ideais agrários e campestres contidos na noção estadunidense de território universitário.

No contexto latino-americano, talvez o caso mais emblemático na experiência com a preservação de cidades universitárias seja o da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Criada no século XVI, seu *campus* data da década de 1950 e é fruto de um concurso público de propostas para um plano geral, cuja ideia vencedora foi fruto do trabalho conjunto entre estudantes e professores da Escola Nacional de Arquitetura (UNAM). O resultado dessa criação coletiva caracteriza-se pelo notável senso de unidade, onde “as diferentes partes conformam um todo relativamente bem ajustado” (Segawa, 1999, p. 42). Em 2007, edifícios e espaços abertos do conjunto tiveram seu valor excepcional reconhecido na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), segundo a qual “o conjunto incorpora valores sociais e culturais de significado universal e é um dos ícones mais significativos da modernidade na América Latina”, sendo “testemunho da modernização do México pós-revolucionário” (UNESCO [...], s.d.).

Em 2017, elaborou-se um Plano de Gestão - atualizado em 2023 - cujo objetivo é “preservar e promover os aspectos físicos, simbólicos e sociais que conformam o seu Valor Universal Excepcional, garantindo seu reconhecimento pela comunidade e sua relevância como espaço de ensino, pesquisa e extensão cultural” (Silva; Giannecchini, 2024, p. 146). O documento detalha as ações voltadas à proteção do sítio, promovidas e acompanhadas pelo Órgão de Gestão da Cidade Universitária, e indica critérios a serem considerados em intervenções que devem: seguir um princípio de mínima intervenção possível; e prezar pela compatibilidade entre materiais e sistemas construtivos adotados nas intervenções e aqueles empregados nas preexistências, de forma a zelar pela unidade do conjunto. Qualquer intervenção realizada deve respeitar a integridade e autenticidade do sítio e seu significado cultural (Silva; Giannecchini, 2024, p. 140). Tais autores sintetizam que “o reconhecimento cultural do Campus Central da UNAM está consolidado pelo título de Patrimônio

Mundial e pela proteção nacional, ao passo que a situação de conservação é enriquecida pela existência de instrumentos de salvaguarda específicos [...], por exemplo, o seu Plano de Gestão, continuamente monitorado e revisado".

No Brasil, destacam-se as iniciativas de preservação do patrimônio universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade de Brasília (UnB). Na primeira, a estrutura administrativa da universidade conta com o Setor do Patrimônio Histórico, que atua hoje nas etapas de gestão documental, projetos de intervenção, captação de recursos e execução de obras dos projetos de restauração nos edifícios da UFRGS, finalizando com a fiscalização de obras (SPH, 2024). Em 2023, o órgão publicou o Guia do Patrimônio Cultural Edificado da UFRGS, caracterizado por um inventário dos bens históricos da universidade, cujo conteúdo varia entre edifícios relacionados ao surgimento das primeiras escolas de ensino superior do estado, ainda no século XIX, quando compunham faculdades isoladas, e edifícios associados ao movimento moderno, erguidos em um contexto nacional desenvolvimentista que possibilitou a consolidação da instituição (UFRGS, 2023). A distinção entre os dois diferentes contextos afirma-se por meio de uma categorização que divide o conjunto inventariado – 24 edificações ou conjuntos arquitetônicos – entre primeira e segunda geração, formulada a partir da análise do processo histórico de formação, construção e consolidação da Universidade. O documento afirma que, como detentora deste acervo de edificações históricas, a instituição tem a responsabilidade de mantê-lo e de disponibilizar dados para a sociedade, uma vez que os edifícios são testemunhos da história do estado.

No caso da Universidade de Brasília (UnB), em 2009, o Ato da Reitoria nº 1269 criou o “Sítio Histórico” da Universidade de Brasília - formada por edifícios de grande relevância para sua história -, configurando um primeiro movimento de reconhecimento de bens patrimoniais tangíveis e intangíveis do conjunto arquitetônico e urbanístico do *campus* Darcy Ribeiro. A elaboração do Plano Diretor do *campus* Darcy Ribeiro, a partir de 2021, permitiu aprofundar o conhecimento sobre o patrimônio a ser salvaguardado por meio da inclusão no Plano de um “Eixo temático do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural”, que “trouxe o levantamento, mapeamento e sistematização de dados sobre o acervo cultural do Campus” (Silva; Giannecchini, 2024, p. 142). Segundo Coutinho e Soares (2022), a condução de discussões orientada ao tema do patrimônio permite que a Universidade proponha “ações e diretrizes sobre como conciliar e adaptar a preservação do patrimônio com o atendimento a novas demandas de uso, de tecnologias e de legislações”. Silva e Giannecchini (2024) comentam que, apesar dessas iniciativas, ainda não há um órgão específico para a salvaguarda dos bens patrimoniais do campus. Há de se considerar, nesse sentido, a atuação do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (CEPLAN), que acompanha as intervenções e manutenções dos edifícios, embora careça de poder instrumental. Os autores (Silva; Giannecchini, 2024) comentam, porém, a perda de importância do CEPLAN com relação ao Setor de Infraestrutura - que atua hoje na condução das obras -, e, citando fala do arquiteto e urbanista Eduardo Soares, arquiteto da CEPLAN, indicam problemáticas na atuação do órgão, sendo alguns decorrentes da falta de um mapeamento mais preciso dos valores patrimoniais de cada bem cultural.

Além desses, diversos outros estudos realizados por pesquisadores de diferentes instituições tomam forma no Seminário Patrimônio Cultural Universitário, organizado pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), que, em 2024, teve sua terceira edição (Nascimento *et al.*, 2024). Um panorama dos trabalhos aponta para preocupações quanto à integridade, conservação e valorização do patrimônio tangível e intangível presente em universidades brasileiras, bem como, a qualidade dos acervos de documentação desses espaços e edificações históricas que recebem atividades acadêmicas. Destacam-se trabalhos referentes à Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mas também são abordadas outras instituições do país, sobretudo advindas das regiões Sudeste, Nordeste e Norte.

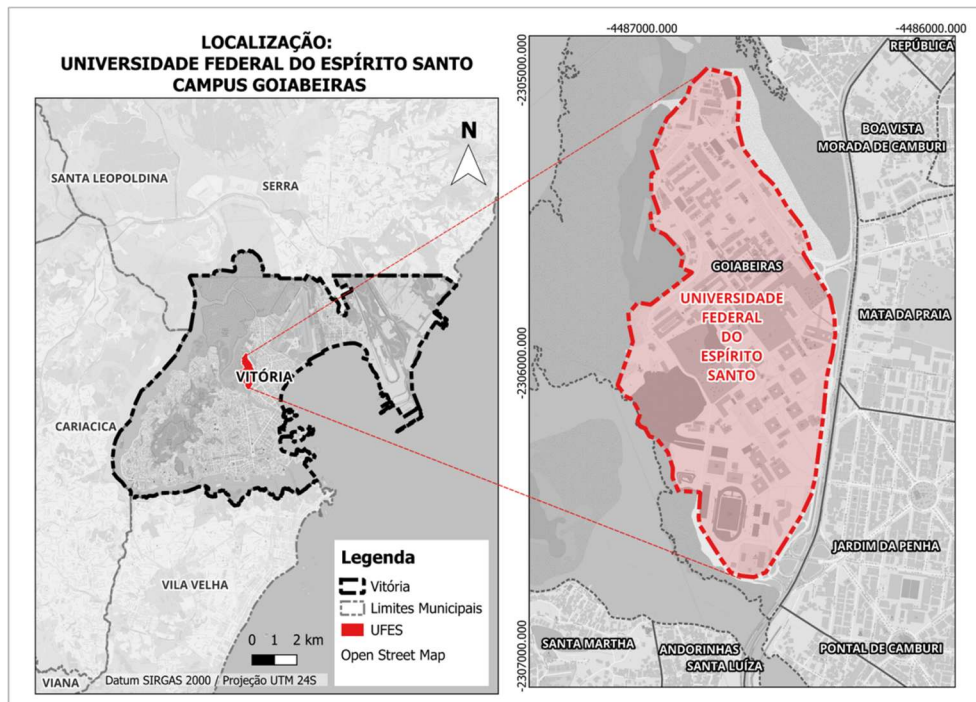
O campus Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo

Os debates para a criação de uma universidade no Espírito Santo, motivados por demanda popular, fortaleceram-se na década de 1950, durante a gestão do governador Jones dos Santos Neves (1951–1954), cujas políticas alinhadas aos ideais nacional-desenvolvimentistas vigentes promoveram uma variedade de obras públicas de grande porte voltadas à ideia de promover a modernização do Espírito Santo. Durante seu mandato, em 1954, é publicada a lei 806 (Lei Ordinária 806/1954) que cria a Universidade do Espírito Santo (UES), posteriormente federalizada oficialmente em 1961 – quando torna-se “Ufes” – em decorrência de processo iniciado pelo Presidente Juscelino Kubitschek (Ufes, 2024). Sendo prevista em lei que “a aproximação e o convívio” dos membros constituintes da universidade fosse assegurada “pela proximidade dos edifícios, reunidos num conjunto, que constituirá a cidade universitária” (Espírito Santo, 1954), fez-se necessária a escolha de um sítio para a implantação física da universidade.

Contrata-se o urbanista Wit Olaf Prochnik para escolher o local, que analisa quatro áreas em Vitória. Paralelamente, eram construídos desde meados da década de 1950 na região de Maruípe, em Vitória, o Hospital das Clínicas e o Instituto Anatômico, primeiros edifícios ligados à Faculdade de Medicina da Ufes, cuja formação efetivou-se em resposta à demanda popular por profissionais qualificados (Barroca, 2025). Apesar desses avanços em curso, não se confirmou a apropriação do terreno separado em Maruípe – reservado pelo Estado para a implantação da universidade, a princípio – como local de construção da cidade universitária, e é dada preferência a áreas mais amplas para a elaboração do projeto. Inicialmente, Prochnik recomenda o Aterro da Praia do Suá, mas, com mudanças na administração central da Universidade, optou-se pelo terreno do Victoria Golf & Country Club na porção continental da cidade, na região de Goiabeiras (Almeida; Oliveira, 2024). Em 1966, ano de aquisição oficial do terreno em Goiabeiras (Figura 1), a Comissão de Planejamento contrata o consultor norte-americano Rudolph Atcon para a elaboração de uma proposta de reestruturação universitária para a Ufes. Ele criticou o modelo tradicional, de caráter “carreirocêntrico”, e propôs a criação de sete centros universitários organizados por áreas de conhecimento. Apesar de aceito em linhas gerais, o plano de Atcon foi modificado por exigências legais e financeiras, cabendo à Comissão de Planejamento a redução de construções consideradas suntuosas e a defesa de um sistema mais racional, com melhor aproveitamento dos recursos públicos (Almeida; Oliveira, 2024).

No projeto da cidade universitária, um de seus principais agentes, o arquiteto Marcelo Vivácqua, propôs o conceito da “Célula Modular Universitária” (CEMUNI) com foco em flexibilidade e integração, formando a base do primeiro plano de desenvolvimento global do *campus* Goiabeiras e a unidade modular de estruturação do Centro de Artes. É dele também o Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), construído ainda na década de 1960. O plano de Vivácqua previa uma cidade universitária para até 15 mil pessoas, com circulação prioritária para pedestres e grandes áreas verdes, em consonância com ideias defendidas por Atcon (Barroca, 2025). Durante a década de 1970, foram construídos outros centros acadêmicos, como o Centro Tecnológico (CT) e o Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), em tipologias construtivas diferentes do CEMUNI. Essa mudança, decorrente da descontinuidade da padronização modular inicial, gerou desafios para a obtenção de unidade arquitetônica no conjunto. Em 1978, elaborou-se o Plano Integrado de Desenvolvimento (PID), que propunha restituir a coerência do campus com base em uma nova malha modular, derivada da estrutura do prédio do IC-I. Essa malha previa padrões que orientariam a localização e composição de novas construções, permitindo expansão flexível e evitando a rigidez linear dos edifícios existentes. O plano também previa zoneamento, priorização de obras, definição de padrões construtivos e avaliação da infraestrutura existente. A principal contribuição do PID foi reintroduzir um desenho urbano ordenado e integrado ao campus, promovendo uma identidade arquitetônica mais coesa para a Ufes (Almeida; Oliveira, 2024).

Figura 1: Localização da Universidade Federal do Espírito Santo, campus Goiabeiras.



Fonte: organizado pelos autores (2025).

Atualmente, as intenções iniciais são pouco perceptíveis no conjunto arquitetônico e na organização espacial da Universidade. Os novos edifícios construídos para atender demandas acadêmicas, incluindo a expansão de cursos de graduação e pós-graduação, não dialogam com as tipologias arquitetônicas dos primeiros edifícios, não possuem coerência entre si e não respeitam o planejamento da organização espacial prevista para o *campus*, sobretudo a partir dos anos 2000. Em alguns casos, as novas inserções formais se sobrepõem aos edifícios anteriores, modificando a escala e a apreensão espacial e formal, por vezes negando princípios defendidos no partido dos projetos originais. Arelado a isso, o estado de conservação das edificações das primeiras fases de implantação da Universidade preocupa: enquanto há investimento para construção de edifícios novos, os já existentes carecem de manutenção, uma vez que, no estado de quase abandono em que alguns se encontram, aceleram-se os processos de degradação.

3 EXPERIÊNCIA DIDÁTICA – ETAPAS METODOLÓGICAS

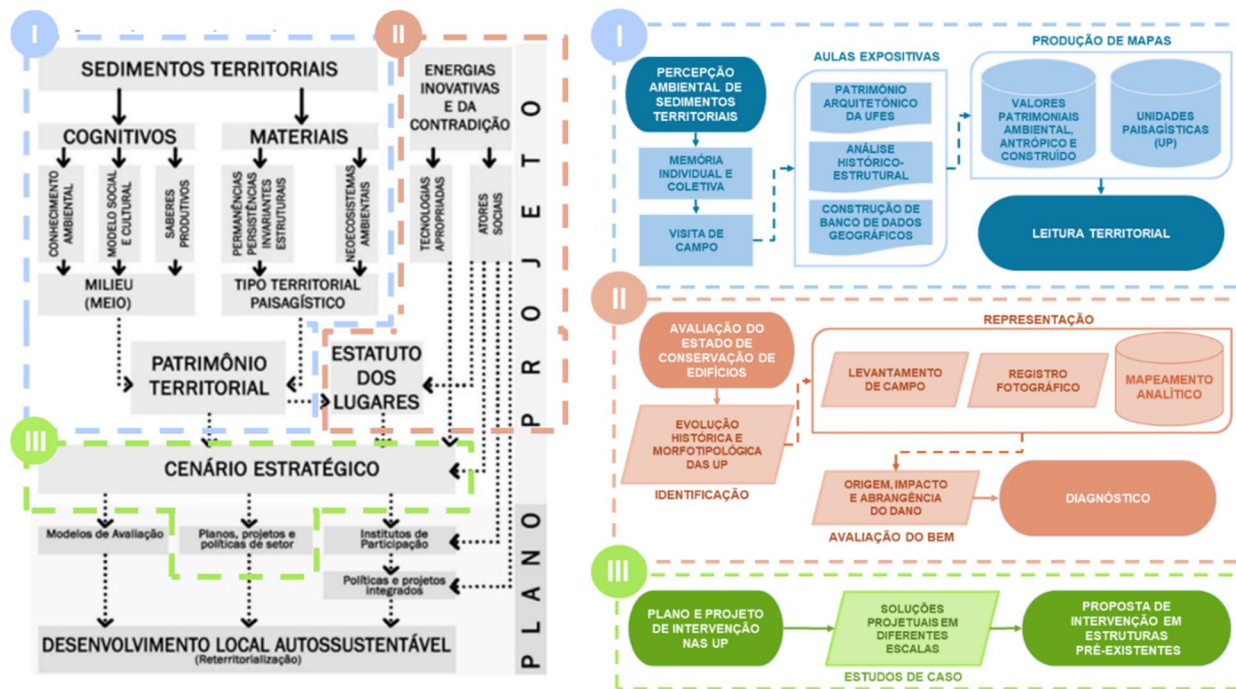
Como introduzido anteriormente, esse trabalho apresenta a adaptação da metodologia de ensino da disciplina Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural para a discussão de preservação de cidades universitárias. Para isso, têm-se, como principal referencial teórico-metodológico, os preceitos da Escola Territorialista Italiana (ETI).

A Escola Territorialista Italiana (ETI) foi criada por Alberto Magnaghi (1941-2023), arquiteto e urbanista, professor emérito de Planejamento Territorial do Departamento de Arquitetura da Universidade de Florença (DIDA). Na Universidade de Florença, fundou e dirigiu o Laboratório de Projeto Ecológico dos Assentamentos (LaPEI) por quase três décadas (1990- 2016), hoje sob responsabilidade da professora Daniela Poli, que dá continuidade à condução de pesquisas em articulação a outros laboratórios em universidades italianas e a nível internacional. A ETI propõe o entendimento das características intrínsecas presentes no território, que lhe atribuem a condição de lugar, assim como o levantamento de suas dimensões ambientais, ecológicas, culturais, políticas, econômicas e sociais. A noção do território como patrimônio ocorre a partir da identificação de elementos invariantes estruturais, ou seja, que se mantiveram ao longo dos processos de territorialização – sejam eles sedimentos cognitivos (a interação entre sociedade e meio - “*milieu*”) ou sedimentos materiais.

A ETI propõe, frente aos processos de desterritorialização desenfreada em curso na contemporaneidade, uma reterritorialização baseada no retorno ao *lugar*, possível através da promoção de um desenvolvimento local autodeterminado (Magnaghi, 2005). O percurso rumo à reterritorialização parte, inicialmente, de: (i) definições teóricas e metodológicas para o desenvolvimento local autossustentável; (ii) definições metodológicas e técnicas para a representação identitária dos lugares – metodologia instituída pela ETI (Poli, 2017) –, conjunta à identificação dos sedimentos de valor patrimonial; e (iii) elaboração de um Estatuto dos Lugares. Em seguida, levando em consideração as regras definidas no Estatuto, são elaborados cenários estratégicos amplamente fundamentados, também, na valorização dos sentimentos de valor patrimonial identificados; e são redefinidos atribuições, instrumentos e processos de planejamento para o lugar em questão. É importante, por fim, frisar que esses movimentos são auto estruturados, possíveis a partir da integração da comunidade local ao processo.

Neste contexto, foi proposta metodologia experiencial para se adequar a esse objeto-concreto de análise, que difere em escala, tipologia e exige discussões que vão além do edifício em si. Essa adaptação trouxe aos alunos a possibilidade de aplicação, também na etapa projetual, de uma visão alargada do patrimônio para além da noção de bem isolado ou de monumento histórico, discutindo o contexto do *locus* em que esses bens estão inseridos, conforme apresentado no diagrama metodológico adotado na disciplina (Figura 2), cujas ações foram desenvolvidas com base no processo metodológico para o desenvolvimento local autossustentável proposto por Magnaghi (2005; 2011).

Figura 2: Diagrama metodológico da disciplina.



Fonte: organizado pelos autores (2024), adaptado de Magnaghi (2005), traduzido por Nossa (2020, p. 35).

A experiência didática foi dividida em três etapas metodológicas: (i) aproximação do *locus* e interpretação patrimonial; (ii) avaliação do estado de conservação; e (iii) plano e projeto de intervenção. Essas etapas contaram com a organização de instrumentos e aulas específicas para a abordagem da cidade universitária, com auxílio de geotecnologias integradas à representação e registro cadastral do patrimônio territorial. Ao relacioná-las com os preceitos estabelecidos por Magnaghi, as etapas (i) e (ii) estão no âmbito do projeto, e a (iii) na transição do projeto ao plano.

A primeira etapa compreende a leitura territorial: tomando por base o diagrama de Magnaghi, devem ser identificados, nessa etapa, os sedimentos territoriais, compostos por sedimentos cognitivos – como o conhecimento ambiental, o modelo social e cultural e os saberes produtivos – e materiais – caracterizados, por exemplo, pelo reconhecimento de permanências, persistências e invariantes estruturais –, que levarão ao conhecimento do patrimônio territorial do lugar. Na disciplina, a identificação dos sedimentos foi feita a partir de visitas de campo e da articulação da memória individual e coletiva. Além disso, durante as aulas expositivas foram consolidados conhecimentos relacionados ao patrimônio arquitetônico da Ufes e, conjuntamente, elaborada análise histórico-estrutural. De modo complementar, produziu-se mapas representativos dos valores patrimoniais percebidos e das unidades paisagísticas definidas após o reconhecimento do meio (*campus*).

Na segunda etapa, o Estatuto dos Lugares serviu como referência para a definição de estratégias de aproximação e reconhecimento do estado atual da estrutura física do *campus* e da dimensão cognitiva relativa aos processos de sua conservação em curso. Seguindo o entendimento, com base Magnaghi, de que devem ser introduzidas novas energias de contradição e inovação no *locus* de intervenção, compreendeu-se que, após levantamento de campo e mapeamento analítico dos bens patrimoniais, torna-se adequado definir tecnologias apropriadas e mobilizar atores sociais para a criação de pressupostos de conservação e manutenção dos bens da universidade. Assim, a segunda etapa se estrutura a partir de um olhar técnico, de compreensão do *real*, contrastando com a primeira etapa, de cunho mais interpretativo.

Na terceira etapa – que, no diagrama de Magnaghi, trata-se da definição do cenário estratégico, orientado ao desenvolvimento local autossustentável e ancorado na introdução de novos planos, projetos e políticas –, desenvolveu-se proposta de intervenção nas estruturas pré-existentes. As etapas anteriores, nesse sentido, serviram como subsídios para a elaboração de uma intervenção territorial comprometida com os valores cognitivos e as necessidades físico-materiais do território aproximado. É importante frisar que todas as atividades mencionadas neste trecho serão melhor detalhadas adiante.

A seguir, apresenta-se a trajetória metodológica, adaptações da componente curricular, atividades e aulas expositivas específicas elaboradas para a discussão de cidades universitárias na preservação do patrimônio. Para melhor acompanhamento das discussões estabelecidas, apresenta-se o resultado das atividades do grupo de estudantes que entrevistou no Centro de Artes, considerado, de acordo com as intenções propostas, o resultado mais satisfatório. No mais, considera-se relevante a proposta de intervenção do Centro de Artes, também, por ser nesse que se situa o CEMUNI III, edifício do Departamento de Arquitetura, atravessado por contradições que mobilizam amplamente o *interessamento* dos alunos em geral. Em destaque, vale citar o já relatado episódio de interdição do edifício para obras de manutenção, que acarretou em danos notáveis à sua materialidade e na perda do espaço do viver dos alunos durante o período de realização da disciplina.

Etapa 1: aproximação do locus e interpretação patrimonial

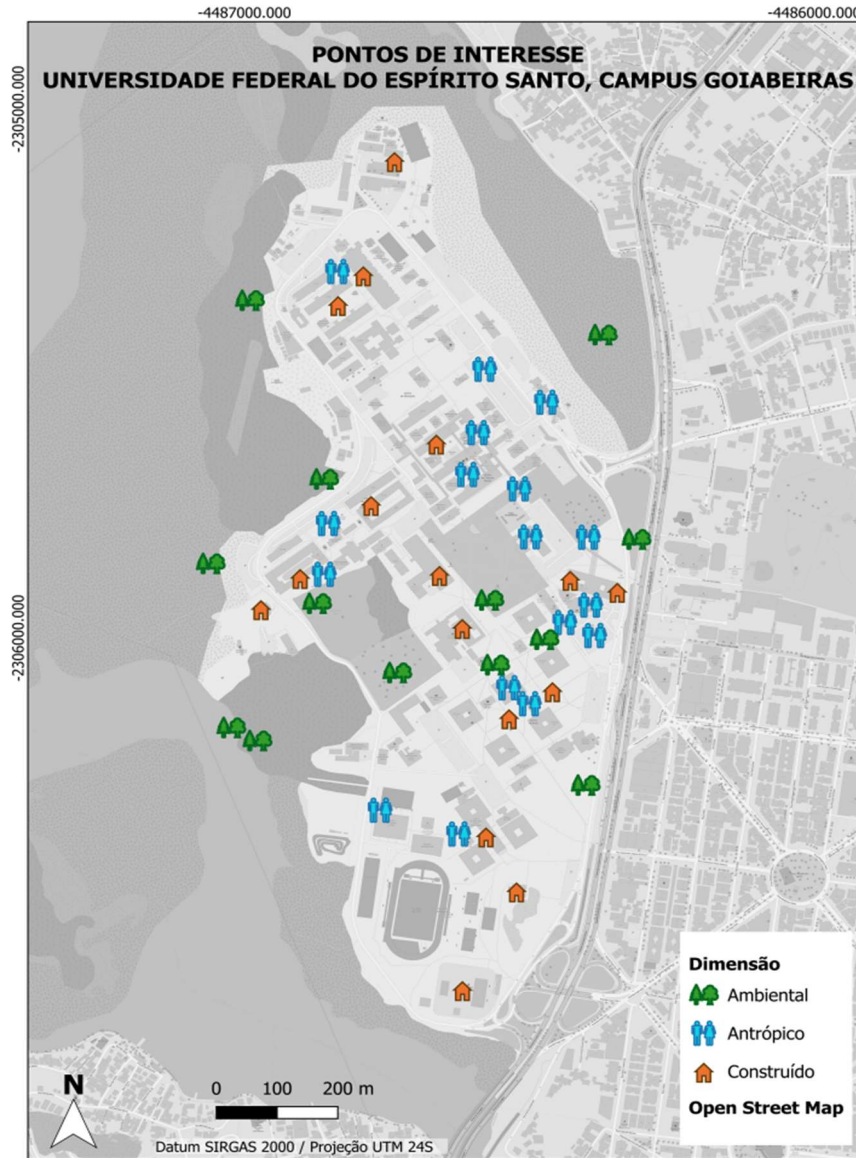
A primeira etapa metodológica trata da aproximação do *locus* a partir da dimensão patrimonial. Tendo em vista que o objeto concreto da atividade é um lugar comum aos estudantes, que vivenciam a cidade universitária há, pelo menos, 3 anos, muitas memórias e imaginários já constituíam sua relação com espaço devido à vivência cotidiana. Por isso, fez-se necessária a realização de exercícios para aguçar a percepção ambiental pelo filtro do patrimônio e sua multiplicidade, com olhar atento ao reconhecimento de sedimentos materiais e cognitivos.

O primeiro exercício de aproximação do *locus* é realizado em dois momentos. No primeiro, os alunos são indagados sobre suas impressões em relação ao *campus* a partir da memória de suas vivências, isso é, a imagem mental já constituída acerca do espaço. De forma geral, são identificados aspectos relacionados à legibilidade espacial e identidade visual do *campus*, além de problemas de acessibilidade, caminhabilidade e desorientação espacial. Quanto aos edifícios, evidencia-se a coesão do conjunto original, principalmente o agrupamento dos CEMUNIs que compõem o Centro de Artes. Na esfera ambiental, dá-se ênfase à abundante arborização da cidade universitária, bem como a presença de flora frutífera, fauna e a aproximação com o manguezal. A perspectiva trazida pelos estudantes evidencia aspectos de memória individual e coletiva de suas vivências, mas também olhares técnicos relacionados a um diagnóstico espacial de cunho projetual.

Em um segundo momento, é realizada caminhada pela cidade universitária, em que os docentes estimulam os alunos a atentarem para aspectos de cunho patrimonial: quais potencialidades existem naquele espaço que podem ou precisam ser valorados como elementos constituintes do patrimônio da universidade. Os alunos tiveram liberdade para tomar suas anotações, com pouca interferência advinda dos ministrantes da disciplina. Nessa etapa, introduz-se como referência os aspectos construídos físicos, antrópicos e ambientais, elencados por Magnaghi (2011). Magnaghi entende que o território se constitui como patrimônio de determinada realidade social, sendo o território-patrimônio não só uma ampliação de escala, mas um instrumento de planejamento territorial. Dessa forma, o patrimônio se torna mediador de processos de transformação, e os edifícios ou demais instâncias de valor comunitário se tornam aglutinadores de pessoas, memórias e valores. Trata-se de características intrínsecas que atribuem valor patrimonial ao território e devem ser consideradas nas estratégias de planejamento local para o estabelecimento de cenários estratégicos, considerando os sedimentos cognitivos e materiais. O primeiro grupo representa características abstratas derivadas da interação entre sociedade e território (*milieu*), como os saberes produtivos. O segundo grupo contempla os elementos físicos que compõem a paisagem, naturais ou construídos, resultantes dos processos de permanências e persistências.

No retorno da visitação, produz-se uma síntese das impressões dos alunos, fruto do direcionamento do olhar para a dimensão patrimonial. Nessa etapa, outros aspectos são notados, como a precariedade dos lugares de permanência e, sobretudo, a falta de manutenção generalizada dos edifícios e espaços abertos da cidade universitária. Evidencia-se o descuido com as aberturas de diversos edifícios, com muitas janelas quebradas, e a poluição visual causada por condensadores de ar-condicionado atrelada à falta de critério para sua instalação em janelas ou paredes. Além disso, verifica-se a incompatibilidade entre as edificações antigas e as intervenções recentes, como a subversão de escalas, estilos e lógicas de implantação: os próprios alunos concluem que os novos edifícios se encontram em conflito aos antigos; e que a mudança da lógica das construções pode ser positiva, mas esse processo precisa ser harmônico com as pré-existências. Dessa forma, algumas nuances caras ao debate patrimonial começam a ser percebidas pelos próprios estudantes, posteriormente desenvolvidos em aulas teóricas e expositivas. A análise dos estudantes é registrada em cartografia (Figura 3). Também é solicitado aos alunos a produção de um relatório síntese das discussões realizadas em conjunto para fixação dessas primeiras impressões acerca do objeto concreto de estudo (Figura 4).

Figura 3: Espacialização de áreas com dimensões ambiental, antrópica e construída identificadas na visitação ao *Campus Goiabeiras*.



Fonte: organizado pelos autores (2024).

1

O segundo exercício de aproximação do *locus* se dá na forma de aulas expositivas de pesquisas realizadas sobre o patrimônio da cidade universitária Goiabeiras, onde são apresentados projetos de Iniciação Científica (IC) efetuados no Laboratório Patrimônio e Desenvolvimento (Patri_Lab/Ufes), ao qual se vinculam a docente responsável e os demais ministrantes da disciplina. Primeiro, a então graduanda Vitória Margotto Barroca apresenta sua pesquisa intitulada “Patrimônio arquitetônico no *campus* Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo: documentação para uma conservação”, cujo objetivo era documentar (identificar, descrever, representar) sedimentos arquitetônicos e urbanísticos a partir da investigação de seus valores no *campus*. O recorte abrange edificações da faixa temporal de 1950 à primeira década dos anos 2000. A metodologia, de abordagem qualitativa, histórica e crítica, resulta em elaboração de representações iconográficas e cartográficas e de texto verbal-analítico. Como resultado, são criadas as “Cartas do Patrimônio Arquitetônico da Ufes” no objetivo de sintetizar a visualização do conhecimento construído, que possibilitam, em seguida, a formulação de quadro orientado à valoração e conservação do patrimônio da cidade universitária, em conjunto à indicação de endereços projetuais (Paolinelli; Valentini, 2009) para os edifícios (Barroca, 2023).

Figura 4: Percepção coletiva do grupo Centro de Artes.

PERCEPÇÃO COLETIVA

CAMPUS DA UFES - GOIABEIRAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
ARQUITETURA E URBANISMO | PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL | 2024/2
AMANDA VALIM, NATÁLIA DE PAULA, NATHAN DOS SANTOS, SARA MEDEIROS

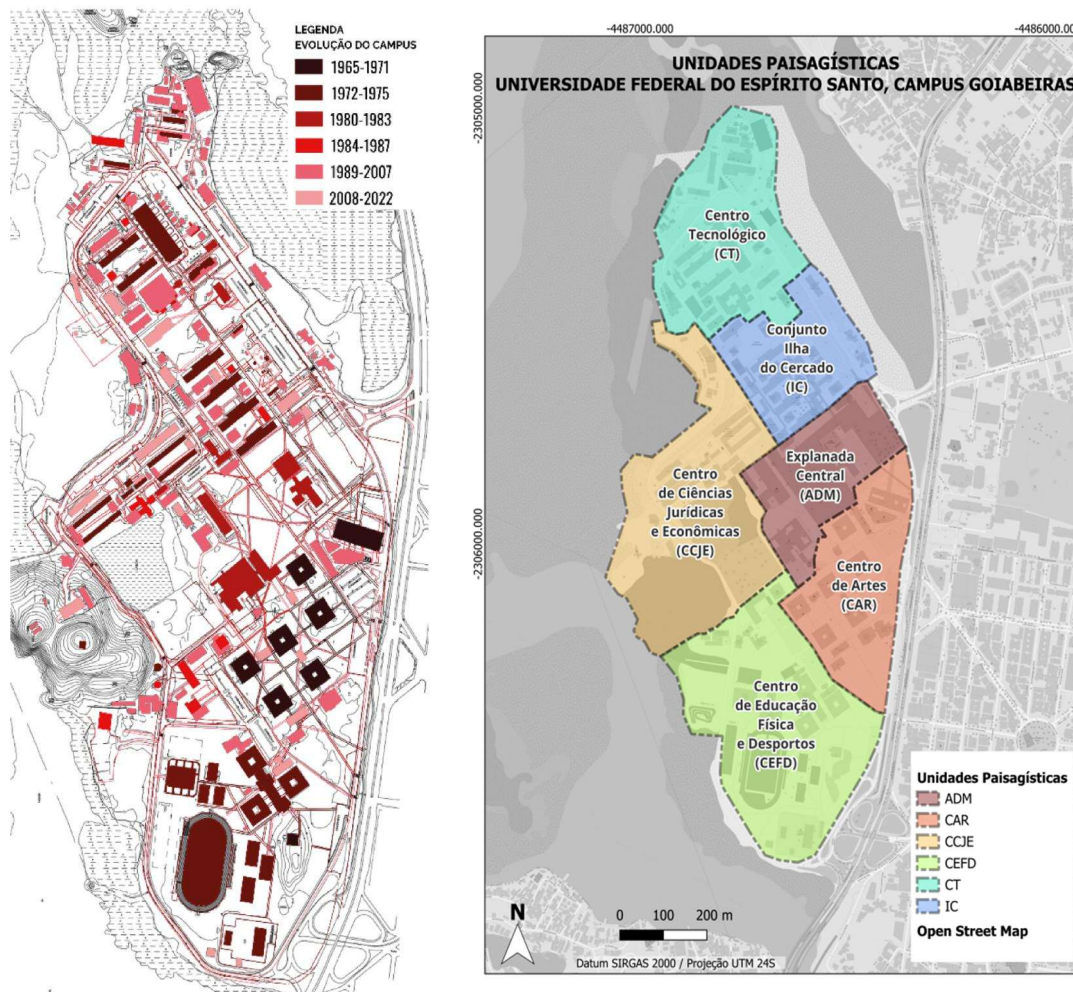


Fonte: Valim et al. (2024).

Em outro momento, a graduanda Desiree Abreu Oliveira apresenta sua pesquisa, denominada “Campus de Goiabeiras: uma cidade universitária no Espírito Santo (1950-2020)” cujo objetivo era estabelecer o entendimento sobre o desenvolvimento de Goiabeiras como cidade universitária de valor patrimonial. A pesquisa, de abordagem histórico-estrutural, realiza representação morfotipológica da evolução da estrutura física do campus por meio de mapas e diagramas (Oliveira, 2024), cuja síntese é apresentada na Figura 5a. A partir disso, entende-se os processos históricos de formação e consolidação do espaço físico da universidade, bem como os projetos norteadores do espaço, suas fases de implantação e a lógica regente de cada momento do planejamento da cidade universitária. A exposição das duas pesquisas proporciona subsídios para o entendimento do valor projetual do ambiente estudado em termos arquitetônicos, urbanísticos e sociais, visto a importância do locus da universidade na dinâmica socioespacial e política da cidade de Vitória e do estado do Espírito Santo.

A partir dessas narrativas históricas e morfotipológicas e levando em consideração a operacionalização das atividades posteriores de interpretação patrimonial e intervenção projetual, o espaço da cidade universitária é dividido em seis unidades paisagísticas, oriundas da análise do espaço físico, o período de implantação da universidade, a ocupação do espaço, os conjuntos arquitetônicos e as centralidades criadas pelos aspectos construídos e antrópicos: Centro de Educação Física e Desportos (CEFD); Centro de Artes (CAR); Explanada Central (ADM); Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE); Conjunto Ilha do Cercado (IC) e Centro Tecnológico (CT) (Figura 5b). A abordagem da dimensão patrimonial de cada unidade paisagística apresentou desafios específicos, sistematicamente analisados pelos estudantes. A lógica da divisão das unidades e o agrupamento de edifícios considera a etapa projetual, visto que os desafios deveriam ser equiparáveis entre os grupos.

Figura 5: Evolução da malha urbana da Ufes (a) e divisão das unidades paisagísticas propostas na disciplina (b).



Fonte: (a) adaptado de Almeida e Oliveira (2024), elaborado a partir de dados da Superintendência de infraestrutura da Ufes; (b) organizado pelos autores (2024).

Essa etapa conta com uso de Sistema de Informações Geográficas (SIG) como ferramenta auxiliar na interpretação do patrimônio. Utiliza-se como base a metodologia de produção cartográfica cadastral para a representação de “territórios digitais urbanos” (Ramos; Câmara; Monteiro, 2007), com a criação de bases vetoriais na forma de pontos, linhas e polígonos de acordo com a dimensão do que se pretende representar, associando atributos derivados das análises desenvolvidas em aula a elementos dispostos no espaço geográfico. Para isso, é organizada aula expositiva utilizando o software livre e de código aberto QGIS 3.34.10 (QGIS Development Team, 2019) para os alunos especializarem os dados desenvolvidos para análise.

Na aula ministrada, são apresentadas as respectivas definições teóricas: (i) o que são os Sistemas de Informações Geográficas (SIG); (ii) a importância de softwares de acesso livre na disseminação do uso de geotecnologias; (iii) os principais produtos gerados em plataforma SIG; (iv) introdução a concepção de dados georreferenciados; (v) exemplificação de métodos aplicados no levantamento arquitetônico, como a fotogrametria, uso de sensores ativos (radares) e passivos (ópticos e termais); (vi) como representar os elementos do mundo real na forma de modelos vetoriais (vetor) ou modelos matriciais (raster); (vii) instruções de como estruturar uma tabela de atributos para criação de banco de dados georreferenciados; (viii) apresentação de estudos de caso sobre o uso de SIG aplicado a bens patrimoniais; (ix) treinamento dos alunos para representação de pontos, linhas e polígonos e o preenchimento da tabela de atributos, visando a representação do levantamento dos valores edificados, ambientais e antrópicos.

Adota-se como base para identificação e representação dos valores patrimoniais presentes no território as propostas desenvolvidas por Fabio Lucchesi (Lucchesi, 2005; Lucchesi; Carta; Vanetiello, 2005), visando a representação de elementos utilizando os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) como ferramenta para

a organização de um Sistema de Informações Territoriais (SIT) ao representar os sedimentos propostos pela Escola Territorialista Italiana (ETI), e, posteriormente, a criação de um Sistema Informativo TERRitorialista (SITER), a partir do uso de tecnologias que possibilitem a interoperabilidade entre os dados. Apresentaram-se como exemplos para representação cartográfica de valores patrimoniais os estudos de caso, desenvolvidos por Martins e Monteiro (2019) e Martins (2021) para a proposição de modelo de dados geográficos de representação de sedimentos cognitivos e materiais, visando a criação de (i) Banco de Dados Geográficos Territorialista (BDG-Territorialista), para análise de potencialidades e vulnerabilidades das alterações na infraestrutura da Estrada do Pinhão, Taubaté/SP e (ii) o Mapa do Patrimônio Territorial Potencial de agricultores familiares, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte / SP.

Neste âmbito, apresentam-se procedimentos de registro das análises dos bens patrimoniais de forma a transpor informações a serem organizadas em fichas de inventariação para o meio digital, de modo a associar os limites e localização geográfica aos resultados da avaliação técnica. Esta ação tem como potência contribuir para a estruturação de um banco de dados orientado ao planejamento de estratégias de manutenção da cidade universitária, assim como o estímulo da relação de identidade e memória pelos alunos. Além disso, a possibilidade de desenvolver conhecimento técnico para o tratamento de bens patrimoniais é experiência valiosa na formação profissional para a compreensão e sistematização das relações entre as dimensões construída, ambiental e antrópica do território.

Em termos teóricos, outra adaptação realizada na estrutura da componente curricular é a inserção de aula expositiva sobre a paisagem em sua condição patrimonial, visto a instrumentalização das unidades paisagísticas como elementos de diferenciação espacial. Na aula são abordados temas como (i) conceituação da paisagem em diferentes campos científicos, (ii) trajetórias institucionais de proteção da paisagem, sobretudo a partir da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e sua lista do Patrimônio Mundial, (iii) o instrumento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, (iv) diretrizes oriundas da Convenção Europeia da Paisagem e das (v) cartas nacionais e transnacionais latino-americanas da paisagem, com destaque para a Carta da Paisagem das Américas. Esse debate, que considera a paisagem como um patrimônio e um bem a ser preservado, dá ênfase à sua importância para a criação de valores, considerando que inserir a dimensão paisagística nas políticas públicas patrimoniais implica no reconhecimento de uma produção coletiva do espaço (Zanatta; Souza, 2022). Tal perspectiva também se relaciona ao pensamento da Escola Territorialista Italiana (Magnaghi, 2011), em que o território se torna o patrimônio da comunidade. Dessa maneira, toma-se a paisagem e o território, em seu contexto histórico-político-social, como referências para o planejamento e o projeto. Assim, a estética da contemplação e da vivência se tornam elementos motrizes para o posicionamento ético perante os desafios enfrentados pelos agentes que planejam as transformações espaciais (Zanatta, 2024) sejam os políticos, os arquitetos urbanistas e demais corpos técnicos, os movimentos sociais ou, nesse caso, os estudantes da disciplina.

A finalização da primeira etapa conta com entrega e apresentação da leitura territorialista patrimonial das unidades paisagísticas, organizado na forma de quadro síntese contendo cartografia e quadro de dados sobre os bens patrimoniais identificados na área, suas criticidades, valores, objetivos e endereços projetuais (Figura 6). As criticidades são elementos que ameaçam a integridade do bem, seja na sua forma física ou na percepção ambiental do contexto em que estão inseridos. Os valores patrimoniais podem ser de ordem histórica, estética, política, social, cultural, entre outros, a partir das características específicas de cada bem, identificadas pelos estudantes. Os objetivos referem-se a como os estudantes pretendem intervir no bem, isto é, quais intenções possuem para cada objeto patrimonial.

Por fim, os endereços projetuais tomam por base proposta de Paolineli e Valentini (2009) e se constituem por diretrizes prioritárias de intervenção referentes a quatro ordens de medidas prevalentes (conservação, valorização, requalificação e transformação). Segundo os autores, a (1) conservação é referenciável aos valores patrimoniais a salvaguardar, à permanência histórica, às áreas de particular valor naturalístico para aqueles que têm níveis discretos de integridade. A (2) valorização é atribuível às categorias anteriormente citadas, mas com maior grau de fragilidade e de compromissos que exigem a ativação de ações voltadas à sua salvaguarda e contemporaneamente à valorização de potencial não expresso. A (3) requalificação é referível às paisagens e objetos comprometidos e degradados, à novas áreas de assentamento em seu relacionamento com o geralmente negado contexto ambiental e construído, à usos que geralmente apresentam menor importância. Já a (4) transformação diz respeito às categorias anteriormente indicadas, das quais se observa profundas alterações dos ordenamentos históricos e severas deficiências qualitativas que requerem intervenções não só de requalificação, mas também de reconstrução de novos arranjos paisagísticos.

Utilizando como referência o trabalho do grupo Centro de Artes, percebe-se atenção às três dimensões constituintes do território: construído, ambiental e antrópico (Magnaghi, 2011). O grupo identifica bens considerados patrimoniais, justificando sua escolha dentro da unidade paisagística com preceitos definidos pelo próprio grupo a partir das percepções da primeira atividade de aproximação do *locus* e as aulas teóricas e expositivas da primeira unidade da disciplina.

Figura 6: Sínteses da leitura territorial e patrimonial da unidade paisagística Centro de Artes.

Bem patrimonial	Criticidades	Valores	Objetivos	Endereços Projetuais
CONSTRUÍDO				
Conjunto CEMUNI	Falta de manutenção; qualidade de permanência nos átrios; modificações na disposição das aberturas interferem na visualização e comunicação.	Unidade tipológica arquitetônica; átrios; cores auxiliam na legibilidade espacial; constituem espaços de conforto e espaço libertário.	Garantir a permanência e manutenção constante; proteger e valorizar o caráter histórico.	2
Edifícios recentes	Desconexão do edifício de multimídia ("Bob"), do Centro Administrativo do CAR, do Galpão e Teatro do CAR, e do Edifício da Pós-Graduação em Psicologia com a unidade projetual do CAR; obstrução da paisagem causada pelo Teatro do CAR.	Possuem bons espaços internos.	Desobstrução da paisagem.	4
Teatro, Galeria e Museu da Vida	Pouca manutenção; falta de conexão com a unidade arquitetônica que compõe o conjunto do CEMUNI.	Ponto de referência; destaque na "fachada" da universidade; ponto de encontro e manifestações; uso pelo público externo; atividades extra-acadêmicas.	Garantir a permanência e manutenção constante; proteger.	2
Centro de Vivência	Falta de manutenção.	Permeabilidade no térreo; atividades extra-acadêmicas (Livraria).	Garantir a manutenção por meio de reformas.	3
PROEX	Falta de manutenção; falta de conexão com a unidade arquitetônica que compõe o conjunto do CEMUNI.	Edifício com átrio central com mobiliários de permanência; espaços sombreados e com acesso ao ambiente externo.	Criar conexão arquitetônica com o conjunto do CAR.	4
Biblioteca Setorial	Desativada; falta de manutenção.	Conexão entre os CEMUNIs.	Garantir a manutenção por meio de reformas, a fim de reativar seu uso.	3
Cantina do CAR	Falta de um projeto paisagístico e arquitetônico de qualidade; falta de mobiliário fixo para permanência.	Espaço amplo e conexão entre os CEMUNIs; local de realização de eventos; espaço de descontração e encontro.	Garantir a reforma do local por meio do projeto arquitetônico e paisagístico; garantir mobiliários de permanência a fim de proporcionar o uso adequado dos estudantes.	3
Mural/Mosaico	Pouca manutenção e presença de manifestações patológicas como fissuras e deslocamento.	Marco/destaque na "fachada" da universidade.	Garantir a manutenção e permanência.	2
Estacionamentos	Insegurança; aridez entre calçada e edifícios na entrada de pedestres no portão dois.	Local utilizado em eventos.	Melhorar a segurança por meio de iluminação e sombreamento por de árvores.	3
Esculturas (TRÊS GRAÇAS)	Escada de acesso é mal dimensionada.	Ponto de referência.	Garantir a permanência.	1
Passarela	Falta de manutenção.	Permeabilidade, direcionamento e fluxo.	Garantir a permanência.	4
Acessos da Ufes	Falta de faixa de pedestre na saída da universidade; saída interrompida por ciclovia.	Boa conexão com o bairro de Jardim da Penha.	Manter e melhorar.	2
Malha viária pedonal pavimentada	Falta de acessibilidade e continuidade.	Boa legibilidade do espaço; diversidade de hierarquia e opções de caminhos (eixos principais + atalhos).	Melhorar; tornar acessível; evidenciar caminhos secundários mais utilizados.	3
Vias pedonais não pavimentadas	Falta de acessibilidade e pavimentação.	Opções de caminhos (eixos principais + atalhos).	Melhorar; tornar acessível; evidenciar caminhos secundários mais utilizados.	3
AMBIENTAL				
Espaços livres entre os CEMUNIs	Aridez do espaço; falta de projeto paisagístico definido e qualificado; falta de espaços de permanência; espaços de estar.	Ampla espaço livre; quantidade de vegetação e sombreamento; fauna e flora; árvores de serviços. Grande disponibilidade de espaços livres.	Manter e melhorar + criar paisagismo adequado; qualificar e melhorar + criar novos espaços de permanência.	3
Arborização e bosque dos Eucaliptos	Espécies inadequadas, não são nativas.	Sombreamento; diminuição do ruído da avenida; ambientação desagradável.	Proteção da ambientação do espaço + modificação da unidade paisagística com paisagismo adequado + valorização do bioma (Mata Atlântica) na universidade.	3
Fauna e flora	Relação desarmônica entre a fauna e os frequentadores da universidade (animais que invadem as edificações).	Diversidade proporcionada pelo bioma.	Melhorar a relação entre a fauna e os frequentadores da universidade; valorizar a fauna e a flora presentes.	2
Áreas verdes próximas à PROEX	O paisagismo não é bem elaborado, não contribui para o destaque da fachada.	O paisagismo possui boa manutenção e em frente à PROEX possui espécies adequadas, pois não bloqueiam visualmente o mural.	Valorização e enriquecimento da estética da fachada por meio do paisagismo.	2
Conjunto e pedras perto do Cemuni III	Ausência de paisagismo de permanência ao redor.	Arborização; contribuição para riqueza da paisagem no CAR; integração com o meio natural.	Manter e melhorar + criar paisagismo adequado.	2
CEMUNIs - Arborização	Ausência de paisagismo adequado.	Aproximação com a natureza; auxílio na ventilação e iluminação natural.	Manter e melhorar + criar paisagismo adequado.	2
ANTRÓPICO				
Escadaria do Teatro e largo	Ausência de espaços sombreados e de mobiliário de permanência.	Ponto de referência.	Garantir mobiliários de permanência e sombreamento por meio das árvores, a fim de proporcionar o uso adequado dos estudantes.	3
Cantina do CAR	Falta de mobiliário fixo para permanência.	Local de realização de eventos; espaço de descontração e encontro.	Garantir mobiliários de permanência a fim de proporcionar o uso adequado dos estudantes.	3
Espaço entre PROEX e Teatro	Ausência de iluminação causando insegurança.	Espaço agradável, com sombreamento e alguns mobiliários utilizados para descanso e espera; lembra uma ruela.	Manter e melhorar + iluminação adequada.	2
Passarela	Falta de manutenção.	Permeabilidade; direcionamento; fluxo e encontro de alunos.	Garantir a manutenção.	4
CEMUNIs - Átrio	Ausência de mobiliário de permanência para além do uso das escadas como assento.	Amplamente utilizado pelos alunos; espaço de descontração e encontro.	Manter e melhorar + garantir mobiliários de permanência a fim de proporcionar o uso adequado dos estudantes.	2

Fonte: organizado pelos autores, a partir de Valim *et al.* (2024b).

Etapa 2: avaliação do estado de conservação

A Etapa 2 da estrutura metodológica proposta à disciplina visa atender ao objetivo da componente curricular que se refere à avaliação da condição de conservação de edifícios históricos, introduzindo instrumentos metodológicos para o entendimento dos danos a que esses edifícios estão submetidos. Porém, se tratando de um ambiente ampliado (as unidades paisagísticas), algumas adaptações também são realizadas.

Usualmente, os estudantes realizam uma avaliação visual dos danos perceptíveis no edifício e a abrangência da avaliação depende da escala da edificação selecionada – para edifícios de maior complexidade, a avaliação se dá sobre aspectos da fachada; em edifícios de escala menor, tenta-se abordar também ambientes internos. Na escala da unidade paisagística, é proposto aos alunos que o objeto de avaliação seja o bem em si (tendo sua quantidade selecionada pelos grupos, pois o número de bens patrimoniais variava em cada unidade paisagística) e a ambiência do bem no contexto da unidade. Para isso, são definidas três fases (identificação, representação e avaliação), com conteúdo escrito, iconográfico e cartográfico.

A fase de identificação aborda informações básicas sobre as edificações, com o suporte das aulas expositivas sobre o *campus*, sua arquitetura e evolução histórica e morfotipológica. A fase de representação conta com levantamento de campo, registro fotográfico e mapeamento analítico, em que os alunos desenvolvem metodologias próprias de representação dos bens, de acordo com diversos exemplos e referências expostas em sala de aula. Nessa etapa, a experiência profissional e as trajetórias em pesquisas dos ministrantes da disciplina também compõem o conteúdo das aulas expositivas, com foco no projeto de restauro da Igreja Matriz Sagrada Família, em Santa Leopoldina – ES, coordenado pela docente responsável. Entende-se, na arquitetura, diferente de outros campos (como pintura, escultura, acervos bibliográficos), é difícil abordar a intervenção apenas com o restauro, sendo o projeto arquitetônico quase intrínseco à atividade.

A terceira fase foca na avaliação dos bens e conta com quadro analítico composto pelos seguintes dados: caracterização do dano, origem do dano, impacto (forte ou fraco) e abrangência (pontual ou areal). Para isso, utiliza-se como referência a proposição do Instituto Colombiano de Cultura (Cocultura, 1990), que define a origem dos danos como externa (que, por sua vez, subdivide-se em externa física, química ou biológica), inerente ao edifício ou inerente ao uso do edifício. Por fim, define-se o estado de conservação do bem, que, de acordo com o Cocultura (1990), pode ser classificado como bom, regular ou ruim. Um bom estado de conservação não apresenta danos de ordem muito importante, requerendo somente ações de manutenção e geralmente não necessita mão-de-obra especializada para correção. O estado de conservação regular apresenta afetações mais apreciáveis, requerendo intervenções maiores e primeiros auxílios de consolidação. O estado de conservação ruim necessitaria consolidação estrutural ou substituição de elementos com a finalidade de devolver a estabilidade, características e qualidades do edifício.

Nessa etapa metodológica, a avaliação física dos edifícios da unidade paisagística tem protagonismo por se tratar de uma dimensão importante na formação dos estudantes, sendo necessária para sua prática projetual e profissional. Porém, devido ao escopo proposto, tendo a cidade universitária como objeto concreto de estudo, a etapa de avaliação do estado de conservação conta também com aspectos relacionados à ambiência da unidade paisagística. Por isso, a avaliação é dividida em três tipologias: construída, ambiental e cultural. Para a tipologia construída, são abordados (i) elementos arquitetônicos externos (alvenarias, revestimentos, esquadrias), (ii) espaços de circulação de pedestres (escadas, rampas, passarelas, praças, largos, coberturas); (iii) mobiliário urbano, (iv) elementos de tipologia artística (esculturas, arte aplicada), e (v) relação com o entorno construído (visibilidade, ambiência, relações volumétricas e cromáticas, relacionando-se à interação entre os edifícios históricos e as inserções formais posteriores).

Para os elementos de tipologia ambiental, são avaliados (i) áreas vegetadas, com destaque para as árvores frutíferas e floríferas (porte, qualidade de sombreamento), arbustos e coberturas vegetais gramíneas, (ii) afloramentos rochosos, (iii) massas d'água e (iv) fauna presente no *campus*. Já na condição de conservação cultural da unidade paisagística, abordou-se o (i) significado cultural dos edifícios e demais bens patrimoniais para a comunidade universitária, através do conhecimento da condição histórica dos bens; a (ii) manutenção da permanência histórica, a (iii) qualificação do lugar, isto é, os bens patrimoniais em si e seu entorno, e os (iv) usos e apropriações da comunidade não acadêmica, visto o grande número de eventos abertos que ocorrem nas dependências da universidade, como apresentações de teatro e orquestras, shows, exposições, palestras, encontros de movimentos sociais, entre outros.

A resposta dos estudantes se mostra satisfatória e positiva nessa proposta de avaliação ampliada do estado de conservação dos bens patrimoniais. Especificamente, são elementos de destaque o potencial de uso e apropriação das áreas abertas e espaços de circulação, bem como a qualidade do mobiliário presente nesses espaços. Os grupos também destacam os diversos murais, pinturas, mosaicos, esculturas e até quadros

memoriais das primeiras turmas de determinados cursos, que compõem a memória da instituição. Também são levantadas informações sobre pontos de comércio informal (feiras), manifestações e reivindicações estudantis, locais de encontros de grupos externos à universidade, bem como a qualificação dos lugares destinados a eventos. Para entender a relevância cultural dos bens patrimoniais, o grupo do Centro de Artes realiza entrevistas com atores que usufruem diariamente dos espaços de sua unidade paisagística, registrando impressão de estudantes e professores de diferentes cursos para entender como os sedimentos materiais e cognitivos compõem as memórias das pessoas que ali convivem, os elementos que se sobressaem e os que pouco aparecem nos discursos, necessitando assim maiores esforços para sua valorização. As entrevistas destacam a precariedade dos espaços livres entre edifícios e, conseqüentemente, o desestímulo à permanência no *campus* nos períodos entre as aulas, nessa unidade paisagística; os encontros possibilitados pela conformação dos CEMUNIs e a importância de seu pátio interno como *locus* de articulação comunitária e política; o mau estado de conservação e o alto índice de degradação de alguns edifícios; o potencial do ambiente em favorecer a sensibilidade artística, propícia aos cursos ali instalados; inadequação das instalações, visual e fisicamente agressivas à materialidade das edificações, sobretudo as de condicionamento de ar; e as memórias e laços sentimentais com o espaço de maneira geral. Na figura 7 apresenta-se exemplo de avaliação da condição de conservação de elemento em tipologia artística elaborado pelo grupo Centro de Artes.

Figura 7: Prancha exemplo da condição de conservação de elementos de tipologia artística, grupo Centro de Artes.

ELEMENTOS TIPOLOGIA ARTÍSTICA CONDIÇÃO DE CONSERVAÇÃO

GRUPO CENTRO DE ARTES



Fonte: Valim *et al.* (2025a).

Dessa forma, ressalta-se a criatividade dos alunos da disciplina para resolver os desafios propostos pela atividade, visto que os grupos tinham liberdade para elaborar seus próprios modos de registro e representação da condição de conservação dos bens patrimoniais, com os docentes auxiliando o aprimoramento das técnicas e análises realizadas.

Etapa 3: plano e projeto de intervenção

A terceira etapa da disciplina tem por objetivo a elaboração de projeto e plano de intervenção para cada uma das unidades paisagísticas, adotando como fundamento o conteúdo elaborado nas duas anteriores. Da primeira etapa – pesquisa histórica e territorial –, solicita-se a compreensão de permanências, persistências e rupturas, com o objetivo de reconhecer bens patrimoniais segundo três tipologias: ambiental, construído e antrópico, e correspondentes valores. Da segunda etapa – diagnóstico físico e cultural dos bens – solicita-se a indicação de níveis de criticidades para os bens, individualmente, e para a unidade paisagística, de modo integrado. Em conjunto, valores e criticidades geram um quadro com objetivos e correspondentes endereços projetuais, para cada um dos bens patrimoniais: conservação, valorização, requalificação e transformação, podendo ser adotado mais de um, desde que definida hierarquia de prevalência entre os mesmos.

Também essa etapa conta com subsídio de aulas expositivas elaboradas, contemplando teoria, história e projeto da conservação e do restauro, percorrendo uma trajetória com início no século XIX, e a nova inserção formal em preexistências críticas, buscando delinear um quadro metodológico referenciado em Gracia (1992), com foco em princípio e nível de intervenção e instrumento de projeto. Como um todo, um tema transversal e permanente: a relação antigo-novo. Em conjunto, o conteúdo ressalta as soluções projetuais relativas ao tratamento da matéria arquitetônica e/ou urbanística, com vistas ao estabelecimento de modos de vínculo temporal e espacial. Além do fundamento conceitual, o tema é contemplado a partir da interpretação de cartas de proteção patrimonial, por serem a expressão do pensamento de profissionais dedicados ao campo patrimonial em suas mais diversas interfaces.

De modo especial, as aulas expositivas concernentes à essa etapa têm como objetivo discutir a intervenção em estruturas preexistentes de diferentes escalas – do edifício, da paisagem, da cidade – com a atenção às complexidades correspondentes. São discutidos: estudos piloto para a conservação de conjuntos arquitetônicos (Flores, 2012) iniciados na década de 1950, no período pós-guerra, a partir do mapeamento cadastral de edifícios; e o levantamento de tipologias de fachadas, período de construção, uso e ocupação do solo, visando requalificar e controlar a qualidade arquitetônica e estabelecer estratégias de desenvolvimento para o planejamento local. Na década de 1960, o desenvolvimento de planos de salvaguarda setorial, com a delimitação de áreas patrimoniais temáticas, essencialmente museográficas, históricas e turísticas, sem levar em consideração os habitantes locais. Em sequência, a intervenção no Centro Histórico de Bolonha, Itália, referência metodológica para o planejamento de áreas históricas, ao promover estudos de morfologia urbana e tipologias arquitetônicas visando a adaptação do parque habitacional para os moradores. E, em perspectiva alargada, a visão de patrimônio como catalisador de desenvolvimento local autodeterminado (Magnaghi, 2010); ou, como proposto por Hickenbick *et al.* (2021) a partir do planejamento de intervenções projetuais de modo a garantir a revitalização econômica e cultural da cidade. Especificamente para o tema da intervenção em centros históricos no Brasil, são apresentados estudos de caso segundo Nabil Bonduki (2010), demonstrando os desafios enfrentados na recuperação de centros urbanos, por meio uma classificação temática: parque (Ouro Preto/MG), e praça (Icó/CE), balneário (Corumbá/MS), cidade universitária (Laranjeiras/SE), habitação social (Pelourinho-Salvador/BA), mercado (Lençóis), entre outras.

Considerando a particularidade do objeto concreto de trabalho da disciplina, outra aula expositiva tem como ênfase intervenções realizadas em *campi* universitários, seja em termos projetuais, seja no âmbito de iniciativas institucionais e políticas de proteção. No âmbito do projeto, analisa-se o caso da Pontifícia Universidad Católica de Chile, *campus* Lo Contador, em que o espaço universitário é implantado no que havia sido uma fazenda e planejado levando em conta relevante pré-existência crítica da região, uma casa colonial da década de 1740 (Castagna, 2018); e intervenções morfotipológicas de ampliação e atualização de edifícios da Universidade Federal do Ceará (UFC), decorrentes de novos usos solicitados por demandas de ensino, pesquisa e extensão (Taralli e Campelo, 2007). Cabe ressaltar, a UFC e a Ufes possuem similitudes quanto aos projetos de espaço físico na organização espacial e na arquitetura dos edifícios, pois ambas as instituições são influenciadas pelas propostas de estruturação e modernização de universidades realizadas por Rudolph Atcon na década de 1960, cujo conjunto de propostas é posteriormente conhecido como Plano Atcon. Portanto, trata-se de uma referência projetual com relação direta com o objeto de estudo da proposta da disciplina. No âmbito das políticas de proteção, analisa-se as estratégias de organização institucional para proteção de edifícios e áreas livres do *campus* central da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e da Universidade de Brasília (UnB), introduzidos na seção 2 desse artigo.

Por fim, um recorte específico: o restauro da arquitetura moderna. A exposição, realizada por Julia Pela Meneghel, desenvolve perspectiva teórico-crítica do restauro a partir de produção de arquitetos integrantes do DoCoMoMo. Consolidada nas décadas de 1970 e 1980, em grande medida, o conjunto arquitetônico e urbanístico de Goiabeiras vem sendo reconhecido por seu valor testemunhal de discurso e *práxis* de vínculo

com a tradição moderna.² As especificidades abordadas na aula incluem: (i) a proximidade temporal das obras e consequente discussão da valorização do novo; (ii) a particularidade de, em muitos casos, o arquiteto ou idealizador da obra estarem vivos, o que permite que este seja consultado ou até compor a equipe de projeto; (iii) o caráter experimental da arquitetura moderna (o questionamento do sentido de preservar esquadrias, materiais construtivos, etc, que não funcionaram de acordo com as intenções do projeto e consequente discussão sobre funcionalidade e performance dos materiais); (iv) a industrialização do processo construtivo, bem como as novas formas de construir; e (v) o debate sobre a existência de um método próprio de leitura e intervenção do patrimônio moderno. As discussões são abordadas em consonância com estudos de caso de intervenção em edifícios do movimento moderno, bem como as críticas e reflexões decorrentes de intervenções.

Na etapa projetual, os estudantes são estimulados a explorar as potencialidades das diferentes unidades paisagísticas, enfrentando o desafio de se posicionarem enfrentando a valoração dos bens reconhecidos na primeira etapa, inclusive revendo posicionamento anterior. As orientações em sala de aula buscam promover um debate crítico acerca do adensamento da ocupação do *campus* realizada com a construção de edificações desprovidas de qualidade no que se refere ao diálogo com a pré-existência, especialmente na primeira década do século XXI. Além, outra particularidade do território de Goiabeiras é destacada: o manguezal do Lameirão delineando em enorme dimensão seu limite físico.

Os projetos se diferenciam em razão da interpretação das singularidades ambientais, construídas e antrópicas de cada unidade paisagística, mas unificadas pela proposição projetual, por meio de conservação e de nova inserção formal. Por outro lado, considerando a metodologia de leitura proposta por Gracia (1992), a heterogeneidade se expressa, ainda que se reconheça certas dominâncias. Por exemplo, entre as cinco proposições, no que se refere ao **princípio topológico**, a maioria adota a exclusão entre preexistência e nova inserção formal de modo a evidenciar o bem patrimonial. Quanto ao **nível das intervenções**, a variação é maior, verificando-se as três possibilidades: modificação circunscrita, modificação do lugar e conformação urbana. Essa última decorre do reconhecimento da ausência de um projeto articulador das edificações voltadas para o uso do conjunto da comunidade universitária, nominada Esplanada Central (administração central, biblioteca central e restaurante universitário). Para além, a unidade é tratada de modo a configurar uma “porta cívica”. Para a **sintaxe projetual**, há a dominância do **instrumento** congruência formal, por meio do recurso a relações métricas e geométricas. Uma única exceção ocorre no projeto de restauro proposto para a unidade paisagística do Centro Tecnológico. Particularizada pelo reconhecimento de um projeto inconcluso, é proposta a retomada do projeto original por meio de projeto de restauro moderno, enfrentado de modo conceitual. Ainda, o projeto adota estratégias projetuais vinculadas à (i) materialidade, (ii) técnica construtiva e (iii) implantação, com o recurso de solução topográfica e paisagística.

Especificamente, o grupo do Centro de Artes baseia suas intervenções em aspectos como vegetação, infraestrutura, acessibilidade, manutenção dos espaços livre e integração dos edifícios com o entorno, promovendo a valorização e preservação da unidade paisagística de modo geral. Para isso, propõe supressão de edifícios consideradas destoantes, de maneira negativa, do conjunto edificado a ser valorizado, verificada na discrepância das relações volumétricas entre pré-existências e novas edificações implantadas que as agridem visualmente ou não respeitam afastamentos necessários à sua apreensão formal. Para isso, o grupo definiu partidos e estratégias para os aspectos construídos e ambientais. Para o construído, o partido é tornar o conjunto dos CEMUNIs um bem patrimonial, valorizando seu caráter histórico por meio de intervenções que respeitem o projeto original e, sobretudo, a malha abstrata que regrou as relações de implantação desses edifícios. No quesito ambiental, promover a requalificação do paisagismo entre os CEMUNIs em vistas à criação de ambiente adequado à permanência, com ênfase na valorização do bioma e a legibilidade espacial da unidade paisagística.

Para isso, propõe nova inserção formal, cujo projeto abarca os usos dos edifícios suprimidos e outras demandas dos estudantes do Centro de Artes, considerando a malha de implantação dos CEMUNIs e sua escala volumétrica. A nova inserção explora a horizontalidade característica da unidade paisagística, mas difere em materiais, ritmo e composição formal na malha pré-estabelecida. Também, outra estratégia de referência ao conjunto existente é a circulação: enquanto nos CEMUNIs a circulação se dá atravessando transversalmente o edifício a partir dos pátios internos, na nova inserção formal o fluxo se dá nas extremidades em processo de inversão “figura-fundo”, mas mantém o contato com pátios internos e externos, jardins e massas vegetais. Além da nova inserção formal, o grupo enfatiza intervenções em paisagismo, no entendimento de que as áreas livres da unidade são determinantes à compreensão espacial do conjunto edificado e à manutenção dos sedimentos cognitivos identificados como bem patrimonial – a qualidade estética e funcional. Destaque aos marcos da unidade paisagística, como os afloramentos rochosos, a

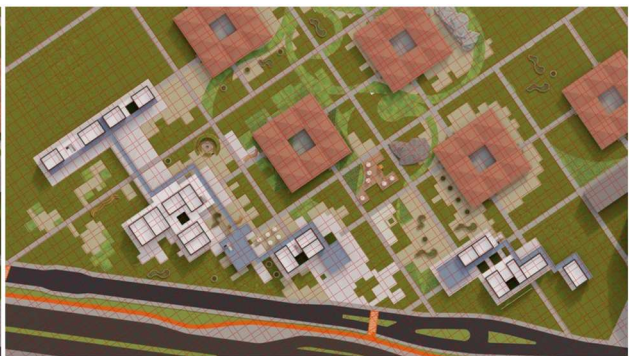
Figura 8: Intervenções do grupo Centro de Artes



PLANTA IMPLANTAÇÃO | EM DESTAQUE NOVA INSERÇÃO FORMAL



PLANTA BAIXA PAVIMENTO TERREDO



PLANTA BAIXA PAVIMENTO SUPERIOR



Fonte: organizado pelos autores, com imagens de Valim *et al.* (2025).

abundância da flora de médio porte, bem como vegetação frutífera, no intuito de promover a valorização das ambiências resultantes da harmonia entre as camadas ambiental, construída e antrópica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina se estabelece como um desafio ao alterar a escala do experimento projetual pois, para além de uma mudança de tamanho do objeto de trabalho, ou seja, sua escala cartográfica, da porção do espaço investigado, há uma alteração nas relações entre os elementos constituintes do/no espaço. De referência

territorial, a unidade paisagística exige a compreensão dos diversos sedimentos (materiais e cognitivos) nela inter-relacionados.

No semestre 2024/02, a disciplina Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural se inicia apresentando a noção de patrimônio de modo a constituir um repertório alargado à contemporaneidade e, especificamente, à abordagem da Escola Territorialista Italiana segundo a qual o território é patrimônio pois se constitui na longa duração a partir da co-evolução entre assentamento humano e natureza. Como invariâncias – permanências e persistências – os sedimentos patrimoniais se referem às camadas ambiental (clima, flora, fauna, hidro geomorfologia, sistemas e neoeossistemas ambientais), construída (tipos edifícios urbanos e territoriais, técnicas e materiais, caracteres da paisagem) e antrópica (sabedoria e saberes ambientais, modelos socioculturais, peculiaridades linguísticas) do território, às quais, no âmbito patrimonial, correspondem às dimensões ambiental, territorial-paisagística e socioeconômica.

A tríade ambiental-construído-antrópico se constitui como estrutura ordenadora das diferentes descrições, interpretações e representações realizadas para cada uma das cinco unidades paisagísticas adotadas para a elaboração da atividade central da disciplina em suas diferentes etapas. Em correspondência, o conteúdo programático a ser tratado e a metodologia de trabalho são constituídos durante o processo de ensino-aprendizado; condição responsável por muitos acertos, mas, também de alguns equívocos. Entretanto, acredita-se, os resultados apresentados durante os exercícios demonstram a potência adaptativa do repertório teórico e metodológico adotado.

Ao mobilizar competências das diversas subáreas de formação em arquitetura e urbanismo, na história, na teoria e no projeto, o patrimônio se constitui como tema chave para a reflexão e a práxis do projeto e do plano territorial em suas diversas morfotipologias. Simultaneamente, a complexidade resultante exige um pensamento crítico e criativo constituído a partir do reconhecimento dos valores estruturadores da ação projetual. Em tempos de desterritorialização alargada, o exercício de uma patrimonialização proativa em momento de formação constitui experiência promissora.

Nesta perspectiva, os trabalhos realizados permitem reconhecer o potencial do patrimônio enquanto referência para uma reterritorialização voltada ao bem comum. O caso estudado, Goiabeiras, cidade universitária do Espírito Santo de maior destaque – em termos de extensão e centralidade administrativa –, vem se revelando, no ensino e na pesquisa, um estudo de caso cada vez mais relevante pois, além de sua condição histórica e memorial, concentra significativo conjunto de edificações modernas em risco de perdas e desaparecimento em decorrência da ausência de manutenção, novas inserções formais em desacordo com as preexistências (inclusive as de natureza não humana), atualizações de infraestrutura inadequadas, entre outras criticidades.

Num contexto de precariedade, inclusive decorrente da redução de aportes financeiros, a cidade universitária de Goiabeiras tem sua duração histórica, artística e cultural ameaçada. Nesse cenário, as proposições estudantis apresentadas emergem como pontos de luz!

À eles, nosso respeito e agradecimento!

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) por concessão de bolsa ao segundo autor e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por concessão de bolsa às terceira e quarta autoras. Também, aos alunos da disciplina e ao Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo (Patri_Lab/Ufes).

REFERÊNCIAS

AGACHE, A. **Cidade do Rio de Janeiro: Extensão – remodelação – embelezamento**. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em: https://archive.org/details/cidadedoriodejan00_2_001930agac/page/193/mode/2up?view=theater. Acesso em: 15 maio 2025.

ALMEIDA, R. H.; NOSSA, D. F.; THOME, M. B. Representação no Ensino de Patrimônio. Abordagem Conceitual e Metodológica Aplicada no Campus de Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo – Brasil. **Arquitecturas del sur**, v. 37, n. 56, 2019, p. 84-99.

ALMEIDA, R. H.; OLIVEIRA, D. A. Goiabeiras. Campus ou cidade universitária? Uma narrativa histórico-morfológica de um projeto inconcluso. In: XVIII SHCU - Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. **Anais [...]**. Natal-RN: UFRN/Ev3n, 2024.

- BARCELOS, B. M.; NOSSA, D. F.; BONA, K. D.; BERNARDO, L. C.; MAZZINI, M.; RODRIGUES, M. P.; THOME, M. B. **Glossário**. Conceitos da Escola Territorialista Italiana. Vitória-ES: Patri_Lab, 2019.
- BARROCA, V. M.; ALMEIDA, R. H. Patrimônio arquitetônico no campus Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo: documentação para uma conservação. In: III Seminário Patrimônio Cultural Universitário. **Anais [...]**. São Paulo: CPC-USP, 2024, p. 151-168.
- BARROCA, V. M. **Patrimônio arquitetônico no campus Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo. Documentação para uma conservação**. 2023. Iniciação Científica (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo.
- BARROCA, V. M. **Documentação Conservação e Transformação do Patrimônio da Universidade Federal do Espírito Santo: Ensaio Projetual no Campus Maruípe**. Projeto de Graduação (Curso de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2025.
- BENEVOLO, L. **A arquitetura no novo milênio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2007, 494 p.
- BIERRENBACH, A. C. S.; MENEGHEL, J. P. Considerações sobre a conservação da Arquitetura Moderna: Contrapontos entre Docomomo e Icomos/ISC20C. **Cadernos do PROARQ (UFRJ)**, v. 38, p. 35-57, 2022.
- BIERRENBACH, A. C. S.; MENEGHEL, J. P. O Docomomo e a intervenção no Patrimônio Moderno: reflexões sobre significado, autenticidade e integridade. In: ArquiMemória 6: Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 2024. **Anais [...]** Salvador, 2024, p. 1-26.
- BONDUKI, N. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2010.
- CASTAGNA, A. C. **Construir no construído: três níveis de intervenção no campus Lo Contador**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS, 2018.
- COCULTURA. **Manual de pré-inventário urbano y arquitectónico**. Colômbia: Instituto Colombiano de Cultura Cocultura, 1990.
- COUTINHO, J. C.; SOARES, E. O Patrimônio do Campus Darcy. **UnB Notícias**, 25 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/5973-o-patrimonio-do-campus-darcy>. Acesso em: 15 maio 2025.
- ESPÍRITO SANTO. Lei nº 806, de 07 de maio de 1954. Cria a Universidade do Espírito Santo. Vitória, ES: Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 1954.
- FLORES, J. **Planos: Intervenção na “Cidade Histórica”**. Apresentação. Ciclo de debates sobre cidades e ordenamento do território. Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território “PPP’s: Polis, Planos e Projectos”, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.
- GRACIA, F. **Construir en lo construído: la arquitectura como modificación**. Madrid: Ed. Nerea, 1992, 324 p.
- HICKENBICK, C. *et al.* A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em Santa Catarina e as suas relações com o turismo cultural. **Turismo: visão e ação**, v. 23, n. 2, p. 415-434, 2021.
- LUCCHESI, F. Rappresentare l’identità del territorio: gli Atlanti e le Carte del patrimonio. In: MAGNAGHI, A. (Ed.). **La rappresentazione identitaria del territorio: atlanti, codici, figure, paradigmi per il progetto locale**. Firenze: Alinea, 2005, p. 23-38.
- LUCCHESI, F., CARTA, M., VANNETIELLO, D. L’Atlanti del patrimonio territoriale del circondario di Empolesi Valdesa (FI). In: Atti Della Conferenza Nazionale Asita, 11., 2005. **Annali [...]** 2005, p. 211-232.
- MAGNAGHI, A. **El Proyecto Local. Hacia una conciencia del lugar**. Barcelona: Universidade Politècnica de Catalunya, 2011.
- MAGNAGHI, A. **La rappresentazione identitaria del território**. Il ritorno dei luoghi nel progetto. Firenze: Alinea Editrice, 2005, 426 p.
- MARTINS, N. I. R.; MONTEIRO, A. M. V. Patrimônio, Território e Desenvolvimento: a estrada do Pinhão, Taubaté/SP como um estudo preliminar para representação de entidades e relacionamentos em um Sistema Territorialista. In: Anais do 1º Simpósio Científico Icomos - Espírito Santo, 2019. **Anais [...]** Vitória - ES, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), 2019.
- MARTINS, N. I. R. **Agricultores como sujeitos da produção do território-patrimônio: ensaio metodológico para o planejamento territorial na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte/SP**. 2021. 230 p. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), São José dos Campos - SP, 2021.
- MEDEIROS, A. E.; GIANNECCHINI, A. C.; LIRA, F. B.; FERREIRA, O. L. Patrimônio cultural no campus Darcy Ribeiro. **UnB Notícias**, 21 dez. 2022.

- MENESES, U. P. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcances na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, V. H.; SOUZA, M. C.; BASTOS, R. L.; GALLO, H. (Org.). **Patrimônio: atualizando o debate**. 1. ed. São Paulo: IPHAN, 2006. p. 33–53.
- NASCIMENTO, F. B.; MELLO, J.; FERNANDES, G.; RIBAS, E. [Org.]. **Anais do III Seminário Patrimônio Cultural**, São Paulo: CPC-USP, 2024.
- NOSSA, D. F. **Riscos territoriais em projetos representacionais**: investigação do patrimônio territorial de João Neiva – ES. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2020.
- OLIVEIRA, D. A. **Campus de Goiabeiras: uma cidade universitária no Espírito Santo (1950-2020)**. 2024. Apresentação de Power Point.
- PAOLINELI, G.; VALENTINI, A. Valorizzazione e riqualificazione dei paesaggi fluviale. In: MAGNAGHI, A.; GIACOMOZZI, S. **Un fiume per il territorio. Indirizzi progettuali del Valdarno empolese**. Firenze: Firenze University Press, 2009, p. 201-215.
- PINTO, G. A.; BUFFA, E. **Arquitetura e educação: campus universitários brasileiros**. São Carlos: EdUFSCar, 2009, 151 p.
- POLI, Daniela. **Regole e progetti per il paesaggio**. Florença: Firenze University Press, 2012.
- POLI, Daniela. Processi storici e forme della rappresentazione identitaria del territorio. **Scienze del Territorio**, Firenze, n. 5, p. 42-53, 2017. DOI: 10.13128/Scienze_Territorio22230.
- QGIS Development Team. **QGIS Geographic Information System**. Open-Source Geospatial Foundation Project. 2019.
- RAMOS, F. R.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. Territórios digitais urbanos. In: DE ALMEIDA, C. M.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. **Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual**. São Paulo: Oficina de textos, 2007, p. 19-31.
- SEGAWA, H. Rio de Janeiro, México, Caracas: cidades universitárias e modernidades 1936-1962. **Rua: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 7, 1999, p. 38-47.
- SILVA, G. V. D.; GIANNECCHINI, A. C. O patrimônio do campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília: reconhecimento e salvaguarda. In: III Seminário Patrimônio Cultural Universitário. **Anais [...]** São Paulo: CPC-USP, 2024, p. 137-150.
- SPH. Setor do Patrimônio Histórico. **Quem Somos**. 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/quem-somos/>. Acesso em: 14 maio 2025.
- TARALLI, C. H.; CAMPELO, M. Patrimônio moderno em campus universitário: rearquitetura ou descaracterização? O caso da UFC. In: VII Seminário do Docomomo Brasil. **Anais [...]**. Porto Alegre - RS, 2007.
- UNESCO World Heritage Centre. **Central University City Campus of the Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)**. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/1250>.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. **História**. 2024. Disponível em: <https://www.ufes.br/historia>. Acesso em: 13 maio 2025.
- UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Guia do patrimônio cultural edificado da UFRGS**. Secretaria do Patrimônio Histórico, Setor de Patrimônio Histórico. Organizado por Renata Manara Tonioli e Marcelo Aguiar Coelho de Souza. Porto Alegre: UFRGS, 2023.
- UNAM. Universidad Nacional Autónoma de México. **Plan de Gestión de la Ciudad Universitaria de la Universidad Nacional Autónoma de México**. Ciudad de México: UNAM, 2017.
- VALIM, A.; DE PAULA, N.; DOS SANTOS, N.; MEDEIROS, S. **Percepção Coletiva campus Ufes – Goiabeiras**. Atividade da disciplina Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2024a.
- VALIM, A.; DE PAULA, N.; DOS SANTOS, N.; MEDEIROS, S. **Avaliação e Criticidades – Grupo Centro de Artes**. Atividade da disciplina Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2024b.
- VALIM, A.; DE PAULA, N.; DOS SANTOS, N.; MEDEIROS, S. **Avaliação da Condição de Conservação – Grupo Centro de Artes**. Atividade da disciplina Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2025a.
- VALIM, A.; DE PAULA, N.; DOS SANTOS, N.; MEDEIROS, S. **Conclusão e Proposta de Intervenção – Grupo Centro de Artes**. Atividade da disciplina Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2025b.

ZANATTA, Y. P.; SOUZA, R. J. A paisagem como patrimônio: da Convenção Europeia às Cartas Nacionais da América Latina. **Espaço em Revista**, v. 24, n. 1, p. 60–83, 2022.

ZANATTA, Y. P. A paisagem como possibilidade de leitura política do mundo: perspectivas interdisciplinares entre Geografia, Arquitetura e Filosofia. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 8, n. 29, p. 76-95, 2024.

NOTAS

¹ De acordo com Poli (2012, p. 44), a unidade paisagística é formada por componentes (de assentamento, ambientais, ecológicos, rurais, históricos) cuja inter-relação peculiar define o caráter de singularidade, em vez de homogeneidade. Nela, podem ser definidas características morfotipológicas e regras de assentamento de natureza estrutural com valor perceptivo e figurativo. Tradução de Barcelos *et al* (2019).

² Leonardo Benevolo, em *Arquitetura do Novo Milênio* (2007), apresenta a produção arquitetônica em três grupos: os herdeiros da tradição moderna, os inovadores da tradição moderna os pacientes inovadores da tradição moderna.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade dos autores.